

*Os arquivos do DOPS
de Goiás:
a documentação
sonegada*

Francisco Itami Campos
(Doutor em Ciência Política, Professor do
Departamento de Ciências Sociais da UFG)

Os primeiros registros encontrados no chamado “Arquivo do Dops” de Goiás, datam da década de 50 e referem-se à questão de terras. Não se trata de acaso e nem de coincidência. Nos anos 50, a questão da terra, as invasões, a grilagem e os conflitos daí decorrentes tornaram-se o eixo da política estadual. Repressão policial, denúncias de origens diversas, comissões de inquérito, acalorados debates na Assembléia Legislativa e na imprensa, acordos políticos, fazem parte da conjuntura política da época que teve na questão de Trombas e Formoso, em 1954, seu ponto alto. Não é por acaso que os registros encontram-se no dossiê de José Porfírio de Souza, camponês que liderou o movimento de ocupação de terras no médio norte goiano. Eleito deputado estadual em 1962, considerado comunista e subversivo, ele foi uma das vítimas da repressão política pós-1964. Vale salientar que, embora conste seu dossiê, no mesmo não existe nenhuma informação sobre sua prisão e posterior desaparecimento, após ser liberado em Brasília, em 1973.

Provavelmente, o Departamento de Ordem Política e Social - DOPS - tenha sido organizado posteriormente. Ao que tudo indica é produto da modernização administrativa que o Governo Mauro

Borges¹ promove em Goiás a partir de 1961. Esse governo assina um acordo de cooperação com o famoso Ponto IV norte-americano², recebendo financiamento para modernizar e equipar a polícia estadual. Este setor do governo americano, conforme inúmeras denúncias, esteve ligado a treinamento de polícias e organização do sistema repressivo em todo o Cone Sul e manteve um serviço de cooperação com os serviços secretos do Brasil, Chile e Argentina.

A Segurança Nacional vinha sendo discutida desde o final da Segunda Guerra, especialmente com o desenvolvimento da “guerra fria” e a bipolarização ideológica EUA x URSS. Ela difunde-se por toda a América Latina envolvendo uma elite militar com apoio financeiro do setor empresarial que domina o mercado externo continental. A partir do conceito de “guerra revolucionária” e da visão ideológica que produz - vendo o inimigo comunista disseminado no Estado e na Sociedade - passa a reprimir o movimento social e as suas lideranças, desencadeia um processo de delação e de perseguição aos considerados comunistas e a todos seus possíveis aliados.

O golpe político-militar de 1964 é o momento em que chegam ao governo no Brasil os adeptos da doutrina de Segurança Nacional. Paulatinamente, o aparato repressivo infiltra-se em diversos setores da sociedade e do aparelho do Estado. Comandado pelo Serviço Nacional de Informação - SNI, criado formalmente em junho de 1964, e pelos serviços de informação de outros setores das Forças Armadas (Ciex, Cenimar, Cisa) e das polícias estaduais, a repressão estende os seus tentáculos a todos os órgãos públicos. Disseminam-se as chamadas Assessorias de Segurança e Informação - ASI. As informações, processos, inquéritos, denúncias e delações geram inúmeros

¹ Governador do Estado, eleito para o período 1960-1964.

² Programa lançado pelo governo norte-americano, em 1949, que se propunha a, basicamente, fornecer programas de assistência técnica para a América Latina.

documentos que circulam entre os órgãos de segurança, servindo para incriminar os que são considerados subversivos, bem como todos aqueles que se opunham ao Regime.

Em Goiás, além dos serviços de informação do Exército e da polícia, o Regime utiliza-se do Departamento de Ordem Política e Social que antes de 1964 funcionava como uma delegacia de costumes. O DOPS passa a ser um órgão do sistema de segurança montado no país. Colaborando com o SNI e organicamente ligado ao aparato repressivo, torna-se temido de todos os militantes políticos, dos que se opunham ao regime, bem como dos que se envolviam com o movimento social.

Quando o movimento social, a crise econômica e o interesse de grupos internacionais exigem a redemocratização do País e os dirigentes brasileiros percebem a inviabilidade de continuidade do Regime, os arquivos são recolhidos. Em Goiás, em fins de 1982, no governo de Ary Valadão³, uma portaria do Secretário de Segurança Pública, Jesus Antônio Lisboa, determina a divisão do Arquivo do DOPS: uma parte é transferida para a agência do SNI no Estado e a outra é encaminhada para a 3ª Brigada de Infantaria⁴.

As pressões e a devolução da documentação

A pressão de familiares dos desaparecidos políticos, de grupos defensores dos Direitos Humanos, de membros do Grupo Tortura Nunca Mais sobre os organismos que mantinham, desde 1982, o Arquivo do DOPS de Goiás, fez com que o general Luciano Casales, Comandante Militar do Planalto, viesse a público dizer da “pouca importância” da documentação e sugerir a sua incineração. O Ministério Público é acionado. Abre-se um processo exigindo a preservação da documentação.

³ Governador do Estado entre 1979 e 1983.

⁴ Essa é uma versão apresentada posteriormente à devolução da documentação, em 1995.

Em 23 de agosto de 1995, o Ministro do Exército, general Zenildo Lucena, informa ao Governador de Goiás Maguito Vilela, que a documentação será devolvida ao Estado. No dia seguinte, 24 de agosto, nove caixas contendo o Arquivo do DOPS são entregues ao governo, cabendo à Secretaria de Segurança Pública a sua conservação. No debate que se trava em torno do destino do Arquivo do DOPS de Goiás, o governador acerta com a Reitoria da Universidade Federal de Goiás - UFG a transferência da documentação para aquela instituição de ensino.

Autorizada pela Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, mediante a Lei n.º 12.692 de 11 de setembro de 1995, a documentação é transferida para a UFG, após celebração de convênio em 19 de setembro do mesmo ano. O Conselho Universitário da Universidade delibera em Resolução (05/95) o local, a guarda e a organização da documentação, estabelecendo, ainda, que “o acesso à documentação será livre aos pesquisadores, às pessoas interessadas em documentação de terceiros e aos próprios interessados ou seus familiares. (Art. 3.º da Resolução)

Organização, conservação e acesso ao acervo

A UFG recebeu nove caixas de papelão que continham o Arquivo do Dops. A documentação era composta por 505 pastas, 1.302 dossiês e 7.420 fichas. O acervo estava em desordem, e embora as pastas fossem numeradas, as seqüências não eram obedecidas. Não foram encaminhadas todas as pastas e dossiês, muitas são as numerações em falta. As fichas fazem referência a pastas e a dossiês que não foram localizados, numa clara indicação de que o Arquivo está incompleto. Além disso, não há nenhum dossiê relacionado aos desaparecidos e nem aos principais envolvidos em atos ou atividades consideradas “subversivas” pelos órgãos de segurança.

Toda a documentação foi identificada e inventariada pela Comissão designada pelo Reitor da UFG, resultando em atas em que constam o conteúdo de cada caixa. Posteriormente, os técnicos da Biblioteca Central da Universidade procederam à organização da documentação.

No primeiro momento foi feito um cruzamento dos nomes do indiciado, contidos na ficha, com o seu nome na pasta. Vários nomes contidos nas pastas não tinham fichas. Para esses foram abertas 670 fichas com as seguintes informações: nome, número do documento, pasta, dossiê. A ficha recebida do DOPS solicita as seguintes informações: **Parte a:** nome, nacionalidade, naturalidade, data de nascimento, filiação, estado civil, profissão, residência e endereço de trabalho. **Parte b:** pasta número, dossiê número e uma observação em que na maioria das vezes está escrito "subversivo". A equipe que processou a documentação acrescentou a cada conjunto de dados o nome do DOC, seguido de um número (ex.: DOC 01 a DOC 307).

A Biblioteca da UFG dispôs uma sala especial, com a necessária segurança, a fim de armazenar a documentação. A consulta é de livre acesso, bastando somente agendar o horário. Desde que se tornou disponível ao público, 103 consultas foram realizadas. Os interessados na documentação são geralmente a própria pessoa ou familiares de pessoas envolvidas na luta política durante o Regime Militar. Alguns pesquisadores têm trabalhado nesse acervo, desenvolvendo estudos sobre o período ou buscando dados sobre a repressão e sobre violência.

Em dezembro de 1997, em função dos trabalhos da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, juntaram-se a esse Arquivo mais trinta e quatro documentos, contendo o dossiê com informações sobre a espionagem política constantes dos Arquivos das Forças Armadas. Tais documentos já se encontram disponíveis para consulta ao público em geral.

Abertura e conteúdo da documentação

Grande era a expectativa de familiares de desaparecidos políticos e da imprensa em torno da documentação. Num clima de esperança, a documentação é tornada pública e inventariada por uma Comissão, composta por professores da Universidade e por delegados de polícia do Estado de Goiás.⁵

A forma como se realizou a abertura da documentação gerou polêmica, dada a divulgação de muitos documentos, considerados sigilosos, pela imprensa local e nacional. A reitoria da UFG foi pressionada a rever a forma de abertura e a limitar a ação da imprensa, mas o reitor Ary Monteiro do Espírito Santo manteve o compromisso de tornar pública a documentação e de garantir a continuidade do trabalho da Comissão.

Para todos que esperavam alguma fonte de informação sobre os desaparecidos políticos, a documentação revelou-se inadequada. A expectativa de encontrar documentos sobre a Guerrilha do Araguaia - ocorrida no sul do Pará e no norte de Goiás no início dos anos 70, reprimida com violência e onde muitos militantes políticos desapareceram - ou sobre a queda do Governo Mauro Borges, ou de outros fatos políticos ocorridos no Estado durante o Regime Militar, frustrou a todos.

Consta da documentação informações sobre o processo eleitoral de muitos sindicatos, rurais e urbanos, de Goiás e do Tocantins; é freqüente na documentação sobre o fichado, a existência de recortes e notícias de jornais da época; existem processos de corrupção em setores do governo e em prefeituras municipais do Estado. Além de documentos

⁵ Os membros dessa comissão: os professores Francisco Itami Campos (Presidente), Orlando Ferreira de Castro, Orlando Francisco da Silva e Holien Gonçalves Bezerra; a bibliotecária Cláudia Oliveira de Moura; os delegados de polícia Geralda da Fonseca Teixeira, Humberto de Jesus Teixeira e Rosália de Moura Rosa.

diversos e esparsos sobre delitos, muitos não comprovados, bem como denúncias e informações sem razão aparente, apenas porque, por exemplo, uma pessoa era assinante do jornal francês *Le Monde* na cidade de Anápolis.

Conclusão

A documentação existente no Arquivo do DOPS de Goiás, embora não traga informações sobre os desaparecidos políticos, nem sobre os militantes políticos que se opuseram ao Regime Militar, apresenta – revela com clareza – um quadro sombrio vivido pelo Brasil no pós-64. A denúncia, a delação, o medo, a perseguição política, a repressão apresentam-se com evidência na pastas, nos dossiês e nas fichas que compõem o Arquivo.

Convém ser destacada a forma como foi tornada pública a documentação, bem como a resistência da Universidade às pressões. De um lado, exigia-se o cumprimento da legislação que estabelecia um prazo de 30 ou mais anos para que fosse permitido o acesso aos documentos e a Resolução do Conselho Universitário, de certo modo, ignorava essa legislação. De outro, após a abertura das primeiras caixas e a divulgação pela imprensa de nomes de “subversivos”, a pressão sobre a reitoria e a Comissão foi prontamente rechaçada pelo Reitor. Não fazia sentido o sigilo, pois a documentação não cumpria a exigência da legislação, de vir com a devida chancela do sigilo imposta por autoridade competente.

A desilusão dos familiares, que esperavam pistas e informações sobre seus desaparecidos, estampada nos rostos a cada caixa que era aberta e que mostrava não conter a informação esperada, culminou com a vontade de continuar a luta e de buscar novos documentos e de trazer à luz dados, fatos e informações sobre aquele período de repressão e violência institucionalizadas.

Artigos

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1989.
- BORGES, Mauro. *O Golpe em Goiás*. História de uma grande traição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- CAMPOS, Francisco Itami. *Questão Agrária*. Bases Sociais da Política Goiana (1930 - 1964). São Paulo: DCS/FFLCH/USP, 1985. (Tese de Doutorado)
- CARNEIRO, Maria Esperança Fernandes. *A revolta camponesa de Formoso e Trombas*. Goiânia: Editora UFG, 1986.
- CUNHA, Paulo Ribeiro Rodrigues. *Aconteceu longe demais - A luta pela terra dos posseiros de Formoso e Trombas e a política revolucionária do PCB no período 1950-1964*. São Paulo, 1994. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- DIAS DE SOUZA, Dalva Maria Borges de Lima. *1964 em Goiás: O ovo da serpente (Militares e proprietários de terras na gestação da Ditadura)*. Goiânia, 1990. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Goiânia.
- DREIFUSS, René Armand. *1964: A Conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- LOBO, Sônia Aparecida. *Estado e violência no campo em Goiás*. Goiânia, 1994. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Goiânia.

Biblioteca Central da Universidade Federal de Goiás

Cláudia Oliveira de Moura Bueno - Diretora
74.000 - 970 - Campus Samambaia - Goiânia - GO
Caixa Postal 411
Tel.: (062) 821-1150
Fax: (062) 205 - 1510